

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GAVIÃO

Ata N.º 5/2018

Pelas 21 horas, do dia 3 de outubro de 2018, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em sessão extraordinária a assembleia municipal, contando com as seguintes presenças: Paulo Manuel Alfaiate Pires, Isabel Maria Dias Martins, Maria Hermínia da Conceição Louro, Júlio Manuel Espadinha Churro Catarino, Mónica Mota Marques, António José Teixeira Gueifão Estevinha, Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês, Daniel Manuel de Oliveira Tomás, Paulo Jorge Serra dos Santos, Paulo José E. Vitoriano de Matos, Ana Paula Almeida Guerreiro Pio, Carlos Manuel de Matos Alexandre, José Manuel Praia Neves, Martina Marcelino de Jesus. Registou-se a ausência dos deputados municipais Ana Rita Delgado Valério, Abílio Flores Mendes e Helena Tapadas, por motivos profissionais, bem como da deputada Sílvia Tibúrcio da Palma por estar ausente do país. Os referidos deputados municipais solicitaram a respetiva substituição, bem como que as faltas fossem consideradas justificadas. -- Colocados os pedidos à consideração da assembleia, as faltas foram consideradas justificadas. Foram substituídos, respetivamente, por: Nuno Miguel Marcelino Gravelho, João da Silva Rufino, Anselmo Fura e Isaura Maria Pires. -----

Compareceu o senhor presidente da câmara, José Fernando da Silva Pio e assistiram os senhores vereadores António Manuel Gomes Severino, Graciosa Espadinha Chambel e Jorge Marques dos Santos. -----

Por conterem matéria com carácter de urgência foram submetidos para eventual aprovação em minuta os conteúdos que integram os **pontos 1, 2 e 3 da ordem de trabalhos**. -----

O senhor presidente da mesa da assembleia, Paulo Manuel Alfaiate Pires, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta a sessão. -----



PONTO UM = Apreciação e eventual aprovação da 5.ª revisão ao orçamento 2018 e GOP; -----

O senhor presidente da câmara cumprimentou todos os presentes, fundamentou e apresentou os valores da 5.ª REVISÃO ao orçamento 2018 no valor de 2.000,00€ e GOP no valor de 2.000,00€. -----

Esclareceu que a presente revisão se justifica pela necessidade de inclusão de dois projetos: “Sistema de Apoio à Transformação Digital na Administração Pública” e “Criação e Dinamização da Rede de Infraestruturas para o Autocaravanismo no Alentejo e Ribatejo – Infraestruturas da Câmara Municipal de Gavião”, a localizar na zona da Fonte Nova. Salientou que são valores muito baixo, apenas para abrir a rúbrica e possibilitar as candidaturas. -----

O senhor deputado Paulo Matos interveio, cumprimentando todos os presentes. Relativamente ao primeiro projeto referido pelo senhor presidente questionou se estaria relacionado com um projeto semelhante, criado pela CIMAA. -----

O senhor presidente da câmara que se trata de um projeto novo, não tem nada a ver com projetos antigos. -----

O senhor deputado Paulo Serras questionou se o projeto do parque de autocaravanismo não seria bom para desenvolver a Ribeira da Venda. –

O senhor presidente da câmara afirmou que essa também seria, sem dúvida, uma boa localização. Mas o técnico que está a desenvolver estes projetos no Alto Alentejo, considerou diversas hipóteses e concluiu que Gavião seria a localização ideal porque é local de passagem. O que não impede que no futuro seja construído outro equipamento deste género na Ribeira da Venda. -----

Depois de apresentados os documentos e prestados todos os esclarecimentos solicitados os documentos foram colocados a votação, tendo sido aprovados por unanimidade. -----

PONTO DOIS = Apreciação e eventual autorização prévia, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro,



na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, da assunção de compromissos plurianuais; -----

- **Contrato Emprego Inserção para 3 pessoas, a decorrer entre 1 de novembro de 2018 e 31 de outubro de 2019.** Despesa prevista para 2018 - 514,68€ (bolsa) + 629,64€ (subsídio de refeição) e para 2019 – 2.573,40€ (bolsa) + 3.148,20€ (subsídio de refeição). Aprovado por unanimidade. ---

- **Aquisição de serviços / locação – serviço internet + conectividade + voz sob ligação de fibra ótica para um período de 24 meses, a contratar a BLU, S.A. Fim a que se destina: Castelo de Belver, Agrupamento de Escolas de Gavião e Posto de Turismo.** Despesa prevista para 2018 – 1.041,00€ (+ IVA), 2019 – 2.498,40€ (+ IVA) e 2020 – 1.457,40€ (+ IVA). Aprovado por unanimidade. -----

A assembleia municipal deliberou ainda, por unanimidade, aprovar a recalendarização para o ano de 2019, ao abrigo da alínea c) do número 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, dos seguintes compromissos plurianuais: -----

- Processo n.º 50/2007 – Contratação da empresa “Estudo Prévio – Projeto de Engenharia, S.A. para elaboração dos projetos das especialidades do Loteamento Urbano do Calvário, em Gavião (7.310,00€ + IVA); -----

- Processo de aquisição n.º 173/2010 – Ajuste Direto n.º 8/2010: Adjudicação a ADISA – Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior de Agronomia, para aquisição de estudo de caracterização de integração das Ribeiras de Margem, Alferreira e Barrocas na Rede Natura 2000 (6.105,00€ + IVA); -----

- Processo de aquisição n.º 561/2010 – Ajuste Direto n.º 45/2010: “Adjudicação a Vitor Mestre / Sofia Aleixo, Arquitetos, Lda” para elaboração de projeto de execução de alterações do CIL do Alamal, referente ao valor de (2.626,68€ + IVA); -----

- Processo de aquisição n.º 79/2011 – Ajuste Direto n.º 11/2011: adjudicação a “Gomes/F. Arquitetos, Lda”, para elaboração de projeto base e projeto de execução do Núcleo Museológico das Mantas e Tapeçarias de Belver (2.441,55€); -----

Paulo Matos
P.

- Processo de aquisição n.º 237/2017 – Ajuste Direto n.º 24/2017: adjudicação a “Miguel Viseu Coelho, Arquitetos Associados, Lda”, referente à prestação de serviços para criação de imagem corporativa e elaboração dos projetos de reabilitação de um conjunto de casas do Bairro Tropa, em Belver (16.898,97€ + IVA); -----

O senhor deputado Paulo Matos questionou de que projeto se trata. -----

O senhor presidente informou que se trata da recuperação das casas do Bairro Tropa. A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e a Agência Portuguesa do Ambiente inviabilizaram o projeto por condicionalismos do PDM e também está em REN. -----

A senhora presidente da Junta de Freguesia de Belver, Martina de Jesus, sugeriu que fossem recuperadas as duas casas e a adega, que é possível recuperar no momento, antes que se degradem; para arrendamento a jovens ou artesãos que se queiram fixar. -----

O senhor presidente da câmara concordou que essa poderia ser uma boa solução. Mas não seria passível de candidatura. Considerou que seria preferível que a situação do PDM seja resolvida e a obra seja executada na totalidade. Aquele espaço é fantástico e o projeto também é muito bom. O projeto prevê um investimento na ordem dos 600 mil euros, sendo cerca de 300 mil euros para contenção das barreiras. -----

- Contrato n.º 122/2017 – aquisição de cimento (3.179,52€); -----

- Concurso n.º 443/2017 – Petróleos de Portugal, Petrogal, S.A. (RI 715 – 25.000,00€, RI 717 – 15.000,00€); -----

- Concurso n.º 42/2015 – projeto de execução: “Reordenamento de trânsito e estacionamento na Rua 23 de Novembro e Beco das Piscinas em Gavião” (33.379,00€). O deputado municipal Paulo Matos não participou na discussão, nem na votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala, por considerar que se encontra impedido, nos termos do disposto no artigo 69º, do CPA e no nº6, do artigo 55º do anexo I da Lei nº75/2013, de 12 de setembro. -----

PONTO TRÊS = Apreciação e eventual aprovação da proposta de agregação intermunicipal dos serviços de abastecimento de água e saneamento (em baixa). -----

O senhor presidente da câmara começou por informar que era imprescindível tomar esta decisão até ao dia 9 de outubro, uma vez que nessa data reúne o Conselho Intermunicipal da CIMAA. Saliou que, sendo a água um bem de primeira necessidade, os municípios lutaram até ao fim para evitar a privatização. Mas a possibilidade de apresentar candidaturas ao POSEUR está vedada aos municípios individualmente. E, apesar das nossas redes em baixa serem relativamente novas, não podíamos ficar isolados. Dos 15 municípios, 13 vão agregar-se, os outros dois (Campo Maior e Elvas) tentarão fazê-lo mais tarde, porque já têm contrato com uma empresa privada, que faz este serviço. Saliou, no entanto, que poderá haver outros municípios em que a assembleia municipal não aprove esta proposta. Sublinhou ainda que esta decisão terá inerente um aumento nas tarifas. Mas quando for necessário concretizar uma obra, no Cadafaz ou Vale da Vinha, por exemplo, poderíamos beneficiar de candidatura. Pediu o apoio da assembleia municipal para conseguir exercer alguma pressão na CIMAA e conseguir a inclusão de investimentos no nosso concelho, nesta área. Informou ainda que, numa fase inicial, o Município de Portalegre encabeçará a empresa, porque é o único município que tem serviços municipalizados. Mas, posteriormente haverá um conselho de administração, tal como nas outras empresas. Saliou que há seis anos que o Município de Gavião não aumenta o tarifário da água. -----

O senhor deputado Paulo Matos interveio, expressando o voto favorável dos deputados da Coligação PSD/CDS. Justificou o sentido de voto afirmando que *“não obstante da nossa indicação de voto clara e firme, exige o momento, que sejam explanadas um conjunto de ideias, publicamente nesta assembleia municipal de Gavião, por parte dos elementos da coligação PSD-CDS.* -----



O sector da água e recursos hídricos deve procurar ajudar a coesão social e territorial, nunca esquecendo a sustentabilidade económico-financeira, e cada vez mais relevante, a proteção ambiental. -----

Noutro prisma, temos a forte convicção que o sector da água, em momento algum pode deixar de ser tutelado, direta ou indiretamente, pelo Estado Português. O poder de decisão do uso dos recursos, deve estar a um nível hierárquico da administração pública, que seja possível, aos municípios facilmente interpelarem o seu município no campo de qualquer assunto particular ou empresarial, bem como dê a capacidade dos municípios solidariamente, ganharem poupanças de escala, por exemplo em sistema multimunicipais, como o aqui apresentado, que não só permitem manter a qualidade do serviço, como garanti-la a médio e a longo prazo. Esta proposta vai nesse sentido, o que é bastante positivo. -----

Também, pela documentação recebida, foi percebida a urgência de colocar sob os ombros do município de Portalegre, a assunção de servir de “barriga de aluguer” dada, a urgência em cumprir o prazo de dia 25 de outubro de candidaturas à POSEUR, onde existe um valor máximo de cofinanciamento europeu em 85%, e que não se fazendo o uso do município líder, estaríamos vedados a mais este instrumento de financiamento, pois a constituição de organização multimunicipal nunca seria em tempo útil. -----

Dito isto, o que não nos é claro neste momento, e apesar do documento remetido indicar, e passo a citar “(...) a decisão da criação de uma empresa intermunicipal do domínio do abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais (...) volta à deliberação dos órgãos autárquicos para formalização da empresa, em todos os seus aspetos”, é

- 1) Qual a percentagem de participação social dos municípios na empresa, nomeadamente o de Gavião? -----
- 2) Qual foi a informação prestada à ERSAR dia 8 de março, sobre o município de Gavião, no campo dos gastos, custos unitários de exploração, acessibilidade económica dos consumidores e investimentos anuais previstos? -----

Paulo Pinheiro
P.

3) *De acordo, com o documento o montante máximo de financiamento é de 75 milhões de euros, sendo que cada concelho pode apenas usufruir de um máximo de 3 milhões de euros. Ora de que forma, esta nova organização, irá organizar as prioridades de candidaturas dos concelhos participantes? E de que forma ocorrerá a sua distribuição? -----*

4) *Onde vão ser criados os 4 polos de Operacionais de engenharia?" -----*

O senhor presidente da câmara afirmou não ser possível responder às duas últimas questões, porque a empresa ainda não foi criada. -----

Quanto à parte que caberá a cada município, informou que está legalmente fixada a percentagem que será de cerca de 4,86%. -----

Salientou que a informação prestada à ERSAR corresponde ao que está legalmente estabelecido. E em 2019 não se prevê alteração no tarifário.

Relativamente às candidaturas, lembrou que a obra dos esgotos da Torre foi candidatada ao POSEUR e foi chumbada. Salientou que a renovação da rede de águas do Cadafaz também é uma prioridade. Mas sublinhou que, apesar da necessidade de se efetuarem as referidas obras, a rede de águas no concelho de Gavião tem muita qualidade, porque foi sendo renovada. A rede separativa não funciona bem, mas a situação nos outros municípios é igual. Pagam-se muitas águas pluviais como águas residuais. Referiu ainda que o valor máximo (3 milhões de euros) não é um valor estanque. A CCDR Alentejo e a CIMAA irão negociar com os órgãos de gestão para defender o nosso território. -----

O senhor deputado Carlos Arês interveio, salientando que importa esclarecer, uma vez que a empresa se destina a gerir o fornecimento de águas aos consumidores, se o tratamento das águas ficará a cargo do município. Referiu que a União Europeia, no cruzamento de interesses de todos os estados membros, assegurou sempre a “minoria de bloqueio”, assegurando a voz ativa aos estados mais pequenos. Não se espantaria se os administradores propusessem a fusão com outros sistemas intermunicipais para ganharem escala. Assim, os municípios mais pequenos perderiam a sua representatividade. Considerou que os presidentes de câmara terão que criar regras que assegurem a “voz ativa”

de todos os municípios. Afirmou temer que este processo seja demorado, porque é muito complexo. Mas afirmou esperar que o nosso presidente da câmara consiga assegurar a representatividade do município de Gavião. - O senhor presidente da câmara afirmou concordar em absoluto e assegurou que, em devido tempo, zelará pelos interesses do município, tal com sempre fez. Afirmou que este modelo de empresa tem inspiração na empresa de Águas do Ribatejo. Disse também, esperar que futuras agregações não fragilizem a posição do Município de Gavião. -----

O senhor deputado João Rufino assegurou que a CDU também votaria favoravelmente a proposta em apreciação. -----

O senhor deputado António Estevinha salientou que, já em 2013 quando era membro da Assembleia Intermunicipal da CIMAA, a privatização das águas era dada como adquirida. -----

Terminada a discussão, o assunto foi colocado a votação, tendo a assembleia municipal deliberado, por unanimidade, **autorizar o Município de Gavião a participar e constituir o sistema intermunicipal** e integrar a Empresa Intermunicipal de Gestão de Águas e Saneamento a formar, desenvolvendo de imediato todas as iniciativas conducentes a essa formação, em conjunto com os municípios aderentes e com o apoio e coordenação da CIMAA, bem como **aprovar a apresentação de candidatura conjunta ao POSEUR**, indicando o Município de Portalegre como líder de candidatura, conforme o artigo 96.º do regulamento do POSEUR, com posterior transferência da decisão de aprovação ou da posição contratual para a entidade gestora a ser criada. -----

Não havendo mais intervenções, o senhor presidente da mesa da assembleia municipal agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, eram vinte e duas horas e vinte minutos, pelo que, de tudo para constar, se lavrou a presente ata, cuja minuta foi aprovada por unanimidade no final da sessão e que vai ser assinada pelo presidente e por mim Isabel Maria Dias Martins, primeira secretária, que a redigi e também subscrevo. -----

O presidente da assembleia municipal



(Paulo Manuel Alfaiate Pires)

A primeira-secretária



(Isabel Maria Dias Martins)